

a) a **atenção**, que pode ser estimulada com exercícios e que se fundamenta nos princípios de concentração, intermitência e interesse; b) a **memória**, que se diferencia do decorar.

Decorar é reter a forma material e não o conteúdo inteligível de determinado conhecimento, ao passo que memorizar é reter a forma significativa de um conteúdo inteligível, ou seja, reter a sua compreensão. A memorização possibilita o rephraseamento de algo conhecido e não sua simples repetição. A memorização dá condições de reestruturar o conteúdo a partir de dados da memória, enquanto o ter decorado somente possibilita a repetição, ainda limitadamente, e por breve tempo (BASTOS; KELLER)¹⁰.

c) a **associação de ideias**, que é uma capacidade que possibilita ao estudante relacionar e evocar fatos e ideias e que também pode ser estimulada com diversos exercícios.

Para formar o hábito de estudar precisamos orientar nossos estudantes a desenvolver e organizar: a) **o tempo para estudar**, pois trinta minutos diários são três horas e meia por semana, quinze horas mensais e cento e oitenta horas por ano, o que é tempo superior a qualquer disciplina; b) **o material com que estudar**, como livros, textos, dicionários e apontamentos das aulas; c) **o local onde estudar**, que deverá ser agradável, próprio, em que só o estudante arruma e/ou toca.

Uma boa rotina de estudo tem na aula sua maior referência. Antes da aula é interessante fazer uma lei-

10. Op. cit., p.26.

tura do que será tratado; durante a aula as anotações são bem-vindas, mas devem ser pessoais, refletindo sua compreensão sobre o que o professor tratou e não uma cópia do que falou; depois da aula uma rápida revisão dos conteúdos poderá estimular novas anotações e quem sabe a elaboração de um quadro-síntese da aula assistida.

1.3.2. O ATO DE LER

Necessitamos, para produzir qualquer trabalho, desenvolver a técnica de leitura, que denominaremos de leitura dirigida. A leitura envolve a prática de dar significado ao mundo que nos cerca. Vejamos os momentos da leitura dirigida:

- **MOMENTO 1 DO ATO DE LER:** Ler para identificar a fonte do texto, o autor. Fazer uma leitura geral para **apreender a ideia/mensagem central**. Não sublinhe nada, não anote nada ainda, só leia o texto inteiro.
- **MOMENTO 2 DO ATO DE LER:** Ler para procurar os significados, ideias correlatas, conceitos, para **destacar os trechos significativos e informações complementares à ideia central**. Sublinhe/destaque tais trechos no texto. Não anote nada ainda. Só na terceira leitura é que você deve iniciar o seu trabalho de escrita.

O ato de ler caminha de um ato mais simples, o entender o que está escrito através da decifração da escrita (nível 1), para um ato mais elaborado, quando ler é para se informar (nível 2), avança para uma interpretação autônoma onde se compreende criticamente o autor lido ou a realidade observada (nível 3) culminando com o ato de contraluar, que é o nível mais complexo do ato de ler, pois aí o leitor briga com o autor, contesta-o e refaz ideias. Vejamos algumas pistas para o ato de ler:

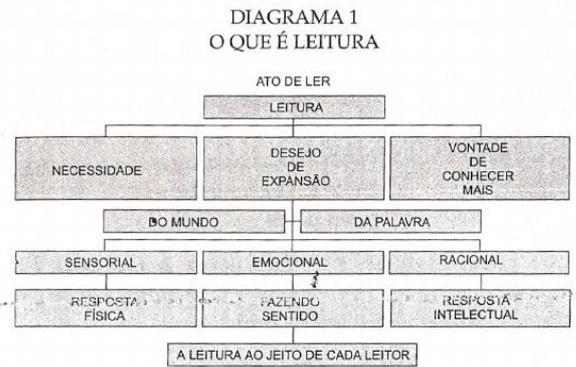
- Descobrir os conceitos-chave e compreendê-los;
- Identificar os autores que o autor cita e suas ideias e concepções;
- Descobrir a contribuição própria do autor lido ao tema em questão;
- Verificar se o pensamento do autor está vinculado a algum paradigma.

Para Martins¹¹, a leitura do mundo, como pensava e afirmava Paulo Freire, precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Vejamos algumas indicações facilitadoras do ato de ler:

11. MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

- Percorra o livro, verificando a contracapa e/ou as orelhas, o índice e examinando rapidamente as páginas, para um reconhecimento geral;
- Sublinhe e destaque trechos;
- Faça perguntas: estabelecendo comparações; questionando a verdade das proposições; verificando a validade dos argumentos e localizando generalizações e suposições;
- Faça uma revisão.

Numa tentativa de sintetizar as ideias, apresentamos a seguir um diagrama ilustrativo sobre o que é leitura.



O bom leitor, e o mau leitor têm habilidades e hábitos distintos, destacados esquematicamente por Bastos e Keller¹².

12. Op. cit., p.49.

BOM LEITOR	MAU LEITOR
OBJETIVO DETERMINADO	LÊ SEM FINALIDADE
UNIDADES DE PENSAMENTO	LÊ PALAVRA POR PALAVRA
VÁRIOS PADRÕES DE VELOCIDADE	UM SÓ RITMO VAGAROSO
AVALIA	NÃO AVALIA
BOM VOCABULÁRIO	VOCABULÁRIO LIMITADO
HABILIDADES PARA CONHECER LIVROS	NÃO TEM HABILIDADES PARA CONHECER O LIVRO
SABE QUANDO INTERROMPER A LEITURA	NÃO SABE QUANDO INTERROMPER A LEITURA
DISCUTE O QUE LÊ	NÃO DISCUTE O QUE LÊ
FORMA SUA BIBLIOTECA	NÃO FORMA BIBLIOTECA
LÊ VÁRIOS ASSUNTOS	SÓ LÊ UM TIPO DE ASSUNTO
SABE E GOSTA DE LER	LÊ POUCO E NÃO GOSTA DE LER

O leitor que deseja **RESUMIR UM TEXTO** poderá lê-lo e a partir daí hierarquizar as ideias que se destacaram nos títulos, subtítulos e dentro do próprio texto (palavras-chave). Depois poderá criar um sistema de códigos, setas, desenhos e/ou um diagrama, como o que apresentamos sobre o que é leitura. O Resumo poderá ser produzido com base no esquema elaborado, como se estivéssemos escrevendo o que o esquema representa e/ou destaca.

O leitor que deseja **ANALISAR UM TEXTO** poderá, após elaborar o resumo, procurar resposta para as seguintes questões:

QUESTÕES	FUNÇÕES MENTAIS
O QUE O AUTOR AFIRMA? QUAL O SIGNIFICADO DA AFIRMAÇÃO DO AUTOR?	APREENSÃO
ONDE SE VERIFICA TAL PROBLEMA? QUAIS AS PARTES CONSTITUINTES DO TEXTO?	ENTENDIMENTO APLICAÇÃO
QUAIS AS IDEIAS ESSENCIAIS? QUAL O VALOR LÓGICO DAS IDEIAS?	ANÁLISE SÍNTESE JULGAMENTO
COMO PENSAR OU AGIR PERANTE O CONHECIMENTO ADQUIRIDO?	CRIATIVIDADE

Rangel¹³ destaca que as dinâmicas de leitura são técnicas e, como tal, são procedimentos de trabalho do professor, podendo ser experienciadas em sala de aula de qualquer disciplina e nível de ensino. A autora expõe 37 dinâmicas que podemos utilizar para estimular a leitura em sala de aula.

1.3.3. O ATO DE ESCREVER TEXTOS

Os textos serão tratados como unidades de significação, de acordo com Sayeg-Siqueira¹⁴. Os textos assim considerados são unidades com completude, um conjunto coerente e ordenado de ideias. Os textos deverão ter: a) UMA REFERÊNCIA: o assunto a que se refere; b) UMA TEMATIZAÇÃO: o enfoque, a delimitação do

13. RANGEL, Mary. *Dinâmicas de leitura para sala de aula*. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

14. SAYEG-SIQUEIRA, João Hiltom. *O texto*. São Paulo: Selinunte, 1996.

assunto. Os textos se organizam e se expandem na seguinte sequência:

- Uma situação inicial onde recupera um saber partilhado, já conhecido.
- Uma informação nova, uma proposição que se quer defender ou propor.
- Um conjunto de justificativas relativas ao item anterior.
- Uma conclusão.

Vejamos a seguir a organização macro e microestrutural do texto:

DIAGRAMA 2
O TEXTO



Os problemas mais encontrados nos textos segundo o autor são os seguintes:

- Digressões: trechos que se desviam da referência e da tematização;
- Redundâncias: uso repetitivo de termos desnecessários;
- Inadequações: comentários que tornam os conteúdos falseáveis, vagos, pouco claros;
- Lacunas: ausência de uma parte ou de uma ideia responsável pela ligação entre duas ou mais partes do texto;
- Deslocamentos: uma parte ou ideia em local inadequado;
- Contradições: ideias que se contradizem.

Os conhecimentos prévios para escrever um texto são:

- a) conhecimento linguístico;
- b) conhecimento dos tipos de texto e suas características;
- c) conhecimento do mundo.

Vejamos os tipos de textos que podemos produzir e algumas de suas características definidoras:

- a) Texto Descritivo: descreve a situação, os aspectos externos, históricos, informações. É a representação verbal de uma coisa, ser, paisagem, estado de espírito, através da indicação dos seus aspectos mais característicos. É preciso mostrar as relações, saber selecionar os detalhes, saber reagrupá-los e analisá-los.

- b) Texto Narrativo: sua matéria é o fato (acontecimento). Seus elementos são: o quê, quem, como, quando, onde, por quê. Em ordem cronológica.
- c) Texto Dissertativo: É o desenvolvimento de uma ideia geral, baseado na divisão e enumeração de seus vários aspectos, seguindo-se a sua comprovação ou justificação. Consideramos o texto dissertativo o mais complexo, e, para auxiliar na sua construção, vejamos alguns aspectos relativos a suas partes constitutivas:

INTRODUÇÃO	DESENVOLVIMENTO	CONCLUSÃO
É o que não admite nada antes e pede alguma coisa depois. Deve apresentar a ideia diretriz, o roteiro de leitura, o plano do desenvolvimento.	Parte 1: discriminar os aspectos. Parte 2: fundamentar com razões, provas, exemplos, pormenores, a declaração da parte 1. Parte 3: a síntese	É o que pede alguma coisa antes e não admite nada depois. Pode ser um conjunto de apreciações sucintas, comentários pessoais do autor, uma generalização.

1.4. UMA EXPERIÊNCIA COM PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE

Carita et al.¹⁵, do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) de uma escola de 3º Ciclo e Ensino Secundário da cidade de Lisboa, estão coordenando, executando e avaliando um programa em que a dimensão académica é trabalhada na forma de preparação e aprendizagem das competências transversais do ofício de aluno.

15. CARITA, Ana et al. *Como ensinar a estudar*. Portugal: Editorial Presença, 1997.

Essas experiências podem contribuir com as nossas reflexões.

Os fundamentos do programa de competências de estudo partem do "pressuposto de que é fundamental ajudar os alunos na aquisição e/ou desenvolvimento de um conjunto de competências básicas e de valor transversal que compõem o ofício de estudante e que são susceptíveis de otimizar o rendimento académico" (p.16).

Esta perspectiva, com um carácter holístico e ecológico, busca situar o problema na interação entre o indivíduo e o seu meio ou sistema. O que se quer é montar uma abordagem menos individualista e clínica (cada caso é um caso, e cada um por si), dirigida a uma esfera total da vida do aluno e indivíduo e do seu desenvolvimento.

O conceito norteador do programa é a metacognição. As autoras reconhecem que a definição está longe de ser consensual entre os vários investigadores, pois há várias posições sobre ela. Mesmo assim, adotam-na acatando as duas dimensões que a definição comporta:

- a) o conhecimento dos próprios processos e o produto desses processos (saber o que se sabe e como se sabe);
- b) a regulação desses processos cognitivos (saber como controlar, desenvolver e operacionalizar esse processo de saber).

O que se pretende desenvolver com os alunos é a sua concepção e percepção do que precisam saber e saber fazer para aprender, e, depois, favorecer o saber controlar e operacionalizar esse fazer para saber e aprender. Acredita-se que é possível ensinar essas competências metacognitivas em programas específicos. O pro-

abrangência escolhida e a descrição geral do local de estágio – história, descrição física, tipo de organização, organograma, missão, visão, objetivos, políticas de pessoal, principais produtos, área de atuação, entre outros elementos.

A descrição das atividades desenvolvidas compreende a informação sobre o total de horas em cada atividade, detalhando cada fase ou etapa do estágio e análise comparativa do binômio teoria-prática.

Na conclusão, incluímos referência ao aproveitamento do estágio, bem como recomendações para a organização e a instituição acadêmica.

O relatório consiste na apresentação final de estudo, pesquisa e atividade, através do qual, além dos dados coletados, o autor comunica resultados, conclusões e recomendações a respeito do assunto trabalhado.

O relatório é constituído dos seguintes elementos:

- a) **apresentação:** capa e folha de rosto;
- b) **introdução:** inclui objetivos, justificativas e hipóteses trabalhadas;
- c) **metodologia:** inclui técnicas utilizadas, universo (população) da pesquisa e amostra;
- d) **embasamento teórico:** teoria que sustenta o trabalho, levantamento de estudos já realizados sobre o assunto e definição de conceitos;
- e) **apresentação dos dados coletados e a respectiva análise;**
- f) **interpretação dos dados coletados e analisados;**
- g) **conclusão:** decorrência natural da análise e interpretação dos dados;
- h) **recomendação e sugestões:** indicações práticas extraídas das conclusões;
- i) **apêndice:** materiais ilustrativos elaborados pelo autor do relatório;
- j) **anexos:** materiais ilustrativos não elaborados pelo autor do relatório;
- k) **referências:** relação das obras e dos documentos consultados, de acordo com as normas atuais da ABNT.

5.2 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

a) Artigo científico

O artigo científico consiste na apresentação sintética dos resultados de pesquisas ou estudos realizados a respeito de uma questão; contém ideias novas ou

abordagens que complementam estudos já feitos, observando a sua apresentação em tamanho reduzido, o que o limita de se constituir em matéria para dissertação, tese ou livro.

Os artigos são publicados em revistas ou em periódicos especializados e formam a seção principal deles. O periódico é considerado a fonte primária mais relevante para a comunidade científica. Por intermédio do periódico científico, a pesquisa é formalizada, o conhecimento torna-se público e promovemos a comunicação entre os cientistas. Comparado ao livro, é um canal ágil, rápido na disseminação de novos conhecimentos.

Concluído um trabalho de pesquisa – documental, bibliográfico ou de campo –, para que os resultados sejam conhecidos, faz-se necessária a sua publicação. Esse tipo de trabalho proporciona não só a ampliação de conhecimentos, como também a compreensão de certas questões.

Os artigos científicos, por serem completos, permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e dos resultados obtidos, repetir a experiência.

Segundo a NBR 6022 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003), que estabelece as regras para artigo em publicação periódica impressa, artigo científico é a parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento. A norma reconhece dois tipos de artigos: artigo original, também chamado de científico, é aquele que apresenta temas ou abordagens próprias, geralmente relatando resultados de pesquisa; e artigo de revisão, em geral, resultado de pesquisa bibliográfica, caracteriza-se por analisar e discutir informações já publicadas.

Durante ou no final de curso de graduação e das disciplinas de pós-graduação, podemos exigir um artigo como produto final; já no processo de elaboração da dissertação ou da tese, são elaborados artigos no momento em que se estão escrevendo os capítulos destas. Tais artigos, dependendo da apreciação do orientador, poderão ser encaminhados para avaliação em publicações periódicas.

Antes de escrever e submeter um artigo à apreciação, o autor deve conhecer as normas de editoração de cada periódico ou revista. Quando não houver menção sobre normas específicas, é necessário seguir as recomendações constantes nas normas da ABNT.

O objetivo principal de um artigo é o de ser uma maneira rápida e sucinta de divulgar, em revistas especializadas, a dúvida investigada, o referencial teórico utilizado (as teorias que serviram de base para orientar a pesquisa), a metodologia

empregada, os resultados alcançados e as principais dificuldades encontradas no processo de pesquisa ou análise de uma questão.

Koche (2007, p. 148-149) sugere a seguinte estrutura para redigir um artigo científico:

- **identificação:** contém o título do artigo; o nome do autor e sua qualificação (profissional e acadêmica: o que faz, local de trabalho e sua titulação acadêmica mais elevada);
- **resumo e *abstract*:** deve ser autoexplicativo, usando terceira pessoa do singular e dando preferência ao verbo na voz ativa, redigido em um único parágrafo formado de uma sequência coerente de frases concisas e não de uma enumeração de tópicos. A primeira frase deve ser significativa para explicar o tema do artigo. Para publicações em periódicos, o resumo deve ser apresentado também em idioma estrangeiro de grande divulgação, geralmente em inglês - *abstract*;
- **palavras-chave:** termos (palavras ou frases curtas) que indicam o conteúdo do artigo em português e em idioma estrangeiro;
- **artigo (corpo):** contém as três partes redacionais de um trabalho científico: introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução apresenta e delimita o tema ou o problema em estudo (o que), os objetivos (para que serviu o estudo), a metodologia usada no estudo (como) e que autores, obras ou teorias serviram de base teórica para construir a análise do problema.

No desenvolvimento (demonstração dos resultados), devemos fazer uma exposição e uma discussão das teorias que foram utilizadas para entender e esclarecer o problema, apresentando-as e relacionando-as com a dúvida investigada. Devemos, também, apresentar as conclusões alcançadas com as respectivas demonstrações dos argumentos teóricos e/ou resultados de provas experimentais que sustentam tais teorias.

A conclusão contém os comentários finais, avaliando o alcance e os limites do estudo desenvolvido.

O corpo do artigo pode ser dividido em quantos itens forem necessários, de acordo com a natureza do trabalho elaborado.

- **referências:** listamos as referências pertinentes a todas as citações feitas, de acordo com as normas atuais da ABNT;
- **apêndices:** materiais ilustrativos elaborados pelo próprio autor do artigo;
- **anexos:** materiais ilustrativos não elaborados pelo autor do artigo;

- **data do artigo:** se o artigo consistir numa comunicação apresentada em algum simpósio, congresso ou encontro, devem ser especificados o local e o nome do evento.

Tendo em vista que o artigo se caracteriza por ser um trabalho científico extremamente sucinto, é exigido, também, que tenha as qualidades: linguagem correta e precisa, coerência na argumentação, clareza na exposição das ideias, objetividade, concisão e fidelidade às fontes citadas. O título igualmente merece atenção: precisa corresponder, de maneira adequada, ao conteúdo. Para que essas qualidades se manifestem, é necessário, principalmente, que o autor tenha um elevado conhecimento a respeito do que está escrevendo.

É importante destacar que o artigo tem a estrutura comum ao trabalho científico em geral, mas, quando relacionado aos resultados de uma pesquisa, deve destacar os objetivos, a fundamentação teórica e a metodologia utilizada, seguindo-se a análise dos dados envolvidos e as conclusões a que chegamos, completando com o registro das referências/ fontes bibliográficas e documentais.

Quanto à formatação técnica do texto, as revistas e os periódicos costumam estabelecer normas específicas para a publicação dos artigos, cabendo ao autor obter informações sobre elas antes de enviar seu trabalho à editoria.

b) Paper

O *paper*, *position paper* ou posicionamento pessoal é um pequeno texto (2 a 5 páginas) sobre um tema predeterminado. *Paper* consiste em um pequeno artigo científico ou texto elaborado para comunicação em congressos sobre determinado tema ou sobre os resultados de um projeto de pesquisa. Deve possuir a mesma estrutura formal de um artigo.

Paper é um documento que se baseia em pesquisa bibliográfica e em descobertas pessoais. Se o autor apenas compilou informações, sem fazer avaliações ou interpretações sobre elas, o produto de seu trabalho será um relatório.

No *paper*, a elaboração consiste na discussão de um trabalho, relatório de pesquisa, artigos etc. Visa a incentivar o exercício da análise, da linguagem científica e o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica. Esse tipo de trabalho objetiva avaliar a capacidade do autor de expressar o entendimento do tema em discussão.

Para a elaboração do *paper*, é preciso considerar critérios relacionados ao conteúdo e à forma. Os aspectos a serem considerados quanto ao conteúdo abrangem: leitura e exploração de materiais relacionados ao tema, tais como textos, artigos,

registros ou anotações de palestras, filmes etc., a partir dos quais será desenvolvido o *paper*, e a elaboração de um roteiro ou esquema com as ideias principais. O documento deve conter apresentação do assunto e propósitos do *paper*, destaque e discussão dos pontos mais relevantes, argumentação, ideias comuns ou contrárias de outros autores e síntese conclusiva.

Como todo trabalho acadêmico, o *paper* pode (ou mesmo deve) conter citações diretas e/ou indiretas que sustentem os argumentos do autor em relação ao tema em discussão. Além disso, deve apresentar em sua estrutura, de forma articulada, as etapas de introdução, desenvolvimento e conclusão. Isso significa que o texto é redigido sem divisões em subtítulos, deixando claro, entretanto, o encadeamento entre as ideias iniciais, a análise do assunto e as conclusões do seu autor. As referências utilizadas no trabalho devem ser apresentadas separadamente, ao final do texto, em tópico específico.

O *paper* difere de um relatório, sobretudo, porque esperamos de quem o escreve uma avaliação ou interpretação de fatos ou das informações que foram recolhidas. Num *paper*, é esperado o desenvolvimento de um ponto de vista acerca de um tema, uma tomada de posição definida e a expressão dos pensamentos de forma original.

O *paper* é: uma síntese de suas descobertas sobre um tema e seu julgamento, sua avaliação, interpretação sobre essas descobertas; um trabalho que deve apresentar originalidade quanto às ideias; um trabalho que deve reconhecer as fontes que foram utilizadas; um trabalho que mostra que o pesquisador é parte da comunidade acadêmica.

O *paper* não é: um resumo de um artigo ou livro (ou outra fonte); ideias de outras pessoas, repetidas não criticamente; uma série de citações, não importa se habilmente postas juntas; opinião pessoal não evidenciada, não demonstrada; cópia do trabalho de outra pessoa sem reconhecê-la, quer o trabalho seja ou não publicado, profissional ou amador: isso é plágio.

Para redigir um *paper*, escolha um assunto, estabeleça limites precisos para ele (delimitando o tema), eleja uma perspectiva sob a qual você tratará o tema. Em seguida, apresente o problema que resolverá e construa uma hipótese de trabalho (antecipação de uma resposta para o problema). Diga o objetivo de seu *paper* e desenvolva suas ideias apoiando-se em fontes dignas de crédito. Após defender seu ponto de vista, demonstrá-lo e apresentar provas, conclua o *paper*. Uma bibliografia deve acompanhar o trabalho.

c) Ensaio

O trabalho científico pode ainda assumir a forma de ensaio. É uma exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais a que chegamos após apurado exame de um assunto.

Em nossos meios, esse tipo de trabalho é concebido como um estudo bem-desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal.

No ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição, sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica. O ensaio não dispensa o rigor lógico e a coerência de argumentação e, por isso mesmo, exige grande informação cultural e muita maturidade intelectual. Além disso, o ensaio é problematizador, antidogmático e nele devem sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade. Daí muitos dos grandes pensadores preferirem essa forma de trabalho para expor suas ideias científicas ou filosóficas.

d) Comunicações científicas

A comunicação científica é uma informação limitada pela sua extensão de acordo com as normas estabelecidas pelo local onde é apresentada (congressos, jornadas, sociedade científica, seminários, semanas de estudos e outros eventos científicos), na qual são expostos os resultados de uma pesquisa original, inédita e criativa, a ser posteriormente publicada em anais ou revistas científicas.

A comunicação científica deve trazer informações científicas novas e atualizadas de um tema ou problema ou conter revisão crítica dos estudos realizados, mas não permite, devido à sua redação, que os leitores possam verificar tais informações: as notas simplesmente informam.

A comunicação é considerada um trabalho informativo devido ao tempo limitado do relato da informação em eventos científicos e também aos resultados da pesquisa que, muitas vezes, ainda está em andamento.

A comunicação deve trazer informações científicas novas, com certa frequência, ser limitada em sua extensão, isto é, não ser longa. Em congressos, simpósios, encontros, semanas etc., geralmente é estipulado o tempo para o participante expor seu trabalho: de 10 a 20 minutos, depende da organização do evento. Embora apresentada oralmente, a comunicação científica deve ser escrita, principalmente se o autor tiver em mente sua publicação. Mas não podemos prescindir de um plano.

Ao apresentar a comunicação, o pesquisador deverá enfatizar o que está estudando, os procedimentos metodológicos, formulando, de forma precisa, clara e simples, o tema investigado e a síntese completa das principais informações e/ou argumentos ao público para o qual faz a apresentação.

Tendo em vista os princípios da comunicação, esta não precisa se deter muito em desenvolvimento analítico, o importante é apresentar a ideia, a teoria ou o experimento realizados de maneira bem-fundamentada.

Embora a comunicação científica seja predominantemente uma apresentação oral, pode o pesquisador pretender publicá-la sobre a forma escrita. Para tal, deve cuidar da linguagem, da forma e da estrutura de sua apresentação, exigindo um rigor metodológico e aparato técnico comuns a todo tipo de trabalho científico.

Conforme Lakatos e Marconi (2007), a comunicação científica deve levar em conta os aspectos:

- **finalidade:** comunicar a outras pessoas os frutos de seu saber, de seu aprendizado, de sua atividade. Levar as pessoas a pensarem, fazendo-as perceber as coisas familiares de forma diferente, valendo-se de argumento para influenciar as mentes dos ouvintes;
- **informações:** apresentar determinados temas ou problemas originais, criativos, inéditos, a leitores ou ouvintes em geral, ou especializados; divulgar os últimos resultados das pesquisas científicas e/ou do desenvolvimento das ciências; é importante saber o que queremos comunicar, para quem, quando e onde;
- **estrutura:** disposição do informe de acordo com os padrões internacionais estabelecidos para trabalhos científicos. Os assuntos podem divergir quanto ao conteúdo, ao material, mas não em relação ao aspecto formal;
- **linguagem:** a comunicação, como outro qualquer trabalho científico, exige rigor no uso da linguagem, obedecendo às normas básicas de conduta da redação. O significado das palavras empregadas no texto deve ser claro, preciso, não deixando margem a dúvidas. As divergências relativas a palavras ou expressões com significados diferentes, com algumas teorias ou áreas científicas, devem ser esclarecidas, a fim de evitar erros de interpretação. É, pois, de suma importância a definição de alguns termos, dando a eles seu exato significado. O processo de comunicação só será eficaz à medida que ajudar o leitor ou ouvinte a entender o que leu ou viu, a compreender aquilo que desejamos transmitir.

Destacamos alguns requisitos básicos próprios da divulgação científica:

- exatidão;
- clareza;
- simplicidade;
- correção gramatical;
- linguagem objetiva e estilo direto;
- equilíbrio na disposição e no tamanho das partes;
- emprego da linguagem técnica necessária, evitando o preciosismo e a pretensão;
- apresentação dos recursos técnicos da redação, para que a apresentação atinja melhor seu fim.

A estrutura da comunicação abrange três partes organicamente unidas (LAKATOS; MARCONI, 2007), conforme descritas a seguir.

- **Introdução:** formulação clara e simples do tema da pesquisa. Apresentação do problema e ligeira referência a trabalhos anteriores, relacionados com ele. Inclui: justificativa, objetivos, delimitação, ângulo de abordagem e exposição precisa da ideia central. Tem por objetivo situar o leitor na questão e deixá-lo a par da importância e do método de abordagem.
- **Desenvolvimento:** texto ou corpo do trabalho. Apresentação das informações e dos argumentos de forma detalhada. Consiste na fundamentação lógica do trabalho e tem por objetivo expor e demonstrar as principais ideias. A subdivisão do corpo da comunicação em itens e subitens permite ao leitor ou ouvinte melhor compreensão. É importante observar certo equilíbrio entre as frases, ou seja, longas intercaladas com curtas, para evitar o cansaço e favorecer a assimilação.
- **Conclusão:** constitui a parte final do processo. Apresenta uma síntese completa dos resultados da pesquisa, o resumo das principais informações ou dos argumentos.

e) Pôster

Nesse tipo de apresentação, o assunto estudado ou pesquisado é estruturado na forma de um cartaz para determinadas sessões científicas. A sua apresentação é menos formal que a oral, usamos mais o meio visual e, conseqüentemente, para

muitos é menos intimidatória. Além disso, o autor utiliza o tempo para o contato pessoal, com uso eficiente do recurso disponível. O espaço para afixação do trabalho é preestabelecido pelos organizadores do evento. Ao identificar o evento de interesse do pesquisador, é enviado resumo científico correspondente ao tema pesquisado. Se aprovado, as exigências normativas para sua confecção devem ser observadas, bem como o estilo e o tipo preferencial, conforme as seguintes especificações:

- resuma o trabalho em frases/parágrafos que especifiquem objetivos, amostra, procedimentos metodológicos e conclusões;
- inclua figuras, fotografias, tabelas, gráficos pertinentes;
- o título deve ser escrito em letras maiores (3cm) e que sejam legíveis a uma distância de 1,20m.
- os nomes dos autores devem estar próximos do título e com letras menores;
- disponha o material escrito e o visual de forma sequencial, porém de maneira agradável, completa e concisa;
- se necessário, recorra aos serviços de um especialista em artes gráficas para disposição das partes; de um especialista para a versão do que foi escrito na língua estrangeira exigida (quando necessário); lembre-se de que isso acarretará um custo maior para você;
- utilize cores variadas, porém sem exagero;
- avalie o seu pôster quanto às exigências do evento, no que se refere ao tamanho e à disposição das partes (geralmente ele deve ser preparado como “retrato” e não paisagem);
- idealize a forma correta para o transporte. Existem à venda peças adequadas (do tipo canudo) para o transporte, se ele for inteiro e não dividido para cada parte do trabalho;
- caso viaje, não coloque seu material em bagagem a ser despachada; seu pôster somente deve ser levado como bagagem de mão;
- leve também material adequado para fixá-lo e em quantidade além da necessária, a fim de suprir eventualidades.

O pôster pode ser confeccionado nas seguintes especificações técnicas: artesanal e *banner*. Na forma artesanal, o trabalho é elaborado com o recurso de programas domésticos de informática, com o uso da impressão doméstica no formato

paisagem, observando as especificações mencionadas anteriormente. Para impressão, convém utilizar papel A4 linho ou *couchê* (150/180g). A quantidade de folhas varia de acordo com as medidas fornecidas pelos organizadores do evento, por exemplo: 1 m² = 12 folhas de papel A4.

Nas formas de *banner* ou pôster, as medidas também são determinadas por quem organiza o evento e, em geral, giram em torno de 0,9m de altura por 0,6m de largura; ou 1,00m x 1,20m, ou 0,90m x 1,20m, ou 1,20m x 1,50m, conforme especificações técnicas. São impressos com o uso de impressora especial do tipo *plotter* e quase sempre utilizam recursos gráficos, objetivando aguçar o interesse do público-alvo. Nesse caso, são confeccionados por profissionais autônomos de *design* e artes gráficas ou por meio de empresas especializadas.

São diversos os materiais utilizados na sua confecção, variando desde plastificados até papéis especiais e laminados. Isso permite uma organização estética e criativa, que produz, no espectador, um impacto visual positivo. São transportados em embalagem especial (canudo plástico), encontrado com facilidade no mercado e, em muitos casos, a empresa ou o profissional que fez a montagem gráfica do trabalho já entrega o material (*banner*) acondicionado para o transporte. No evento, basta pendurá-lo no local disponibilizado para exposição e comunicação da pesquisa.

A apresentação pode ser informal (exposição do conteúdo) ou dialogada (arguição da pesquisa), na forma de perguntas proferidas pela comissão avaliadora. O domínio do assunto está, quase sempre, relacionado ao recebimento ou não do certificado de participação.

Em alguns eventos, os melhores pôsteres ou *banners*, com suas respectivas apresentações, são selecionados e, em muitos casos, premiados de diversas formas, inclusive em numerário. Quando isso não acontece, são distribuídos diplomas equivalentes. A proposta de premiação ocorre da mesma forma para a comunicação oral. Nesse caso, a comissão avaliadora assiste à exposição da pesquisa e acompanha o debate entre o expositor e o público presente.

Durante a realização do evento, convém verificar o dia e a hora definidos para montagem, apresentação e desmontagem do pôster. A avaliação deste pode ser verificada por meio do interesse dos frequentadores da sessão, do diálogo estabelecido com alguns interessados e, principalmente, pela disponibilidade do autor em informar e discutir o tema e a metodologia utilizada.

f) Informe científico

Caracteriza-se como relato escrito que divulga os resultados parciais ou totais de pesquisa. É o mais breve dos trabalhos científicos, pois se restringe à descrição dos resultados alcançados pela pesquisa ou os primeiros resultados de uma investigação em curso.

É o mais sucinto dos trabalhos científicos e limita-se à descrição de resultados obtidos através da pesquisa de campo, de laboratório ou documental.

O informe consiste, pois, no relato das atividades de pesquisa desenvolvida e é imprescindível que seja compreendido e aproveitado. Deve estar redigido de maneira que possibilite a comprovação dos procedimentos, das técnicas e dos resultados obtidos, ou seja, para que a experiência realizada possa ser repetida pelo principiante que se interesse pela investigação.

5.3 TRABALHOS CIENTÍFICOS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Atualmente, a necessidade de prosseguir os estudos além da graduação, com o objetivo de aprimorar o conhecimento ou concluir o processo de formação educacional, leva os graduandos a iniciarem estudos em nível de pós-graduação. Esta compreende os cursos de natureza *lato sensu* e *stricto sensu*.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* compreendem os de especialização e aperfeiçoamento e os cursos *stricto sensu*, os de mestrado e doutorado.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados com a finalidade de obtenção de título de mestrado, no primeiro nível, e depois doutorado, exigem, no Brasil, além da frequência a cursos e da aprovação nas respectivas disciplinas, atividades de pesquisa, elaboração e defesa de trabalhos monográficos de dissertação e de teses.

O que há em vista nesses cursos é o desenvolvimento da capacidade criadora e do juízo crítico do aluno, para levá-lo a exercer a atividade de pesquisa científica, evitando assim que absorva passivamente os conhecimentos já construídos. Dessa forma, os trabalhos monográficos desenvolvidos nesses cursos caracterizam-se pelo domínio do assunto, pela capacidade de sistematização e de pesquisa e pelo poder criador, além de serem mais sofisticados e exigentes, tanto pela elaboração e redação quanto pelo aparato técnico.

5.3.1 Projeto de pesquisa: monografia, dissertação e tese

Todo relatório acadêmico resultante de pesquisa tem origem no planejamento desta: o documento de planejamento da pesquisa é chamado de projeto de pesquisa (consultar capítulo 4). Neste livro, o interesse está mais voltado para o projeto de pesquisa visando à elaboração de trabalho de conclusão de curso. Projetos para outros fins, por exemplo, para apresentação a agências de fomento, possuem formatos e regras próprias. As instituições e os cursos também definem suas próprias regras. Entretanto, vários aspectos são comuns e podem ser adaptados às exigências específicas.

O Projeto de Pesquisa é um documento que tem por finalidade explicitar as várias etapas de um trabalho de pesquisa, abordando os seguintes aspectos, entre outros: o que será pesquisado; por que desejamos fazer a pesquisa; como será realizada; quais recursos serão necessários para sua execução; quanto tempo levaremos para executá-la etc. É, na realidade, uma carta de intenções onde são traçados os caminhos que deverão ser trilhados para alcançar seus objetivos. É um documento para avaliação da proposta apresentada a fim de obtermos aprovação e/ou financiamento. Cada instituição também tem suas regras próprias para avaliação. O autor do projeto deve conhecer e observar as exigências estabelecidas. Muitos cursos de mestrado e doutorado exigem a apresentação do projeto para qualificação, geralmente após a conclusão dos créditos. Esse documento não se confunde com o projeto ou pré-projeto para ingresso no curso. Nesse caso, o aluno deve estar atento para as normas estabelecidas pelos cursos ou programas.

5.3.2 Exame de qualificação: projeto, dissertação ou tese

Para que um aluno possa desenvolver seu projeto de dissertação, ou de tese, a maioria dos cursos prevê um exame de qualificação. Esse exame visa a avaliar a proposta de trabalho, as condições do candidato para desenvolvê-lo, os aspectos teórico, metodológico e operacional da proposta.

A forma, os procedimentos e os prazos para realização do exame são definidos conforme cada curso ou programa. Geralmente, é realizado logo após a conclusão dos créditos e depende da aprovação do orientador. Alguns cursos realizam os exames quando o trabalho ainda é um projeto (do projeto ou pré-qualificação de mestrado ou doutorado); outros, na fase mais adiantada da dissertação ou da tese (qualificação da dissertação ou da tese); outros ainda realizam as duas etapas.

O candidato pode ser aprovado ou reprovado, não há atribuição de notas. No caso de o aluno ser reprovado, a maioria dos cursos estabelece que o exame possa ser repetido uma vez.

5.3.3 Monografia de conclusão de curso

A monografia representa o estudo aprofundado sobre um só assunto, sendo esse termo de origem grega, que, no sentido etimológico, significa *mónos* (uma só) e *graphein* (escrever). O estudo monográfico é resultante de investigação científica que se caracteriza pela abordagem de um tema único, específico, com a finalidade de apresentar uma contribuição importante, original e pessoal à ciência.

Considerando a origem e a evolução do uso do termo, monografia possui sentido estrito e sentido lato. Em sentido estrito, identifica-se com a tese: relatório escrito sobre um tema específico que decorre de uma pesquisa realizada com o objetivo de fornecer uma contribuição original; em sentido lato, é todo trabalho científico resultante de uma pesquisa, realizado pela primeira vez, como é o caso das dissertações científicas em geral. Hoje, o termo monografia é mais utilizado para designar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação ou de pós-graduação *lato sensu*.

A NBR 14724, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011), que especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos, incluindo os trabalhos de conclusão de curso e outros similares, informa que monografia (ou TCC) é trabalho de conclusão de curso de graduação ou especialização. É um documento que representa o resultado de estudo e expressa conhecimento do assunto escolhido, o qual deve ser emanado da disciplina, do curso, do programa e de outros, visando à apresentação a uma banca ou comissão examinadora.

Desse modo, foi consagrado o entendimento de que monografia é o trabalho visando a cumprir um requisito acadêmico e de caráter de iniciação científica; não se confunde, portanto, com a tese de doutorado ou a dissertação de mestrado. O trabalho deve ser limitado, estruturado e desenvolvido em torno de um único tema ou problema, ser resultado de uma pesquisa e orientado por um professor do curso.

É conveniente distinguir as monografias escolares das monografias científicas, as quais são exigidas em cursos de mestrado e doutorado.

As monografias escolares são usadas nos cursos de graduação e especialização como iniciação à pesquisa. Já as monografias científicas (dissertação

e tese), usadas no mestrado e no doutorado, são consideradas como autênticos trabalhos de investigação científica, pois seguem rigorosamente a metodologia própria de cada ciência.

Embora as monografias escolares e as científicas tenham em comum, com o emprego científico, o caráter de tratamento de um tema bem-delimitado, distinguem-se basicamente pela qualidade da tarefa, pelo nível e pela profundidade da pesquisa, pela originalidade das conclusões, bem como pela exigência de apresentação e defesa, principalmente no mestrado e no doutorado.

Tanto as monografias escolares quanto as científicas podem resultar de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas realizadas nos cursos de graduação e pós-graduação.

5.3.4 Dissertação

A dissertação, que, no sentido etimológico de origem grega, significa *dis* (prefixo indicador de separação e afastamento) e *sertare* (ajuntar, ligar, entrelaçar), designa um estudo teórico, de natureza reflexiva, o qual consiste na ordenação de ideias sobre determinado tema. Exige, por isso, a capacidade de sistematização dos dados coletados, sua ordenação e interpretação.

Também a dissertação de mestrado deve cumprir as exigências da monografia científica. Trata-se da comunicação dos resultados de uma pesquisa e de uma reflexão, que versa sobre um tema igualmente único e delimitado. A dissertação deve ser elaborada de acordo com as mesmas diretrizes metodológicas, técnicas e lógicas do trabalho científico, como na tese de doutoramento.

De acordo com a NBR 14724, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011), dissertação de mestrado é o documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico com tema bem-delimitado; o objetivo é reunir, analisar e interpretar informações; deve evidenciar o conhecimento da literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do autor; é feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de mestre.

Dependendo da forma de apresentação do estudo, a dissertação pode caracterizar-se como um trabalho científico mais expositivo (descritivo) ou argumentativo.

A dissertação expositiva é usada quando for necessário reunir e relacionar material obtido de várias fontes, expondo o assunto de maneira explicativa e

compreensiva a partir do que já foi dito sobre ele. Nesse caso, o autor deve demonstrar sua habilidade de coletar e organizar as informações.

A dissertação argumentativa apresenta e descreve as ideias e os dados coletados, incluindo a interpretação e a posição pessoal do autor. Envolve a apresentação de razões e evidências, de acordo com os princípios e as técnicas da argumentação.

A diferença fundamental em relação à tese de doutorado está no caráter de originalidade do trabalho. Tratando-se de um trabalho ainda vinculado a uma fase de iniciação à ciência, de um exercício diretamente orientado, primeira manifestação de um trabalho pessoal de pesquisa, não é possível exigir da dissertação de mestrado o mesmo nível de originalidade e o mesmo alcance de contribuição ao progresso e ao desenvolvimento da ciência em questão.

É difícil eliminar do mestrado o seu caráter demonstrativo. Também deve demonstrar uma proposição e não apenas explicar um assunto. Essa parece ser uma exigência lógica de todo trabalho, desde que tenha objetivos de natureza científica bem- definidos.

Observamos que tanto a tese de doutorado quanto a dissertação de mestrado são, pois, monografias científicas que abordam temas únicos delimitados, “servindo-se de um raciocínio rigoroso, de acordo com as diretrizes lógicas do conhecimento humano, em que há lugar tanto para a argumentação puramente dedutiva, como para o raciocínio indutivo baseado na observação e na experimentação.” (SEVERINO, 2007, p. 222).

5.3.5 Tese

A tese, no seu sentido etimológico de origem grega determinada pela *tésis* (ação de pôr, de colocar), é originária da Idade Média (século XIII), com o surgimento das primeiras universidades europeias, época em que os que aspiravam a ocupar um cargo de docência em alguma faculdade de Filosofia ou Teologia deviam apresentar uma tese, uma nova ideia, doutrina ou teoria a ser defendida perante uma banca examinadora.

Caracteriza-se como um estudo teórico que aborda um único tema, o qual exige pesquisa própria da área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos. Procura colocar e solucionar um problema (questão que foi investigada), fundamentado na evidência dos fatos e na coerência da análise dos dados observados.

É um trabalho de alto nível de qualificação, de conteúdo original, de profunda reflexão no tratamento das questões teóricas, mesmo quando se identifica com a pesquisa empírica.

Tese de doutorado é o documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou a exposição de um estudo científico de tema bem-delimitado, deve contribuir para o avanço do conhecimento científico naquela área de especialização escolhida, bem como revelar sua cientificidade pelo uso correto do método científico. A tese deve ser resultado de investigação original e inédita, constituindo-se em real contribuição sobre determinado tema; é realizada sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa à obtenção do título de doutor ou similar.

A originalidade não significa um tema nunca antes estudado; ao contrário, devemos observar, em relação ao que já foi escrito, aquilo ou algo que não foi dito ainda, aparecendo, assim, o seu sentido de ineditismo.

A tese consiste num trabalho científico realizado em curso de doutorado, que tem como objetivo principal argumentar, para justificar, convencer, persuadir e influenciar, levando à produção de novos conhecimentos e, conseqüentemente, contribuir para a ampliação de áreas científicas. A tese pode resultar de um estudo teórico, bem como pesquisas de campo ou de experimentação.

Na tese, procuramos formar a opinião do leitor a respeito da verdade ou da falsidade de uma ideia, objetivando convencê-lo por meio de razões em face das evidências das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente.

5.3.6 **Caráter monográfico e coerência do texto**

Com relação à natureza dos trabalhos de pós-graduação, cabem ainda duas observações:

- a) Na elaboração de uma dissertação ou uma tese, não devemos pretender falar de tudo, de todos os aspectos envolvidos na problemática tratada. O caráter monográfico do trabalho é um significativo aval de sua qualidade e de sua contribuição ao desenvolvimento científico da área. O importante é ater-nos ao substancial da pesquisa, não nos perdendo em grandes retomadas históricas, em repetições, em contextualizações muito amplas. Não podemos falar de tudo ao mesmo tempo numa mesma tese. A esses aspectos podemos referir, citando as fontes competentes, sem necessidade de reproduzi-las a cada novo trabalho visando ao mesmo tema.

- b) A coerência interna do texto é imprescindível e ela se impõe em dois níveis: primeiro, a coerência lógico-estrutural da articulação do raciocínio, as etapas do processo demonstrativo sucedendo-se dentro de uma sequência da articulação lógica; segundo, a coerência com as premissas metodológicas adotadas. Esse aspecto da opção metodológica reencontra a questão do referencial teórico do trabalho, pois este implica igualmente uma opção epistemológica básica. Adotada esta, é preciso que as várias etapas do raciocínio sejam coerentes com essas estruturas epistemológicas do método: por exemplo, se o método adotado for estruturalista, não poderemos argumentar diretamente da forma fenomenológica.

5.4 EVENTOS CIENTÍFICOS

Atividades que consistem em congregar o público, geral e particular, que possui interesse assemelhado em torno de estudos e/ou pesquisas das mais diversas áreas e naturezas, de modo a contribuir com o avanço do conhecimento científico e consequente divulgação dos resultados obtidos, por meio de apresentação pública.

A vida científica de professores e estudantes universitários não se limita às atividades curriculares que se desenvolvem no interior das faculdades. Muitos eventos acontecem em outros contextos culturais e institucionais, em que estudiosos e pesquisadores, independentemente de sua origem acadêmica, apresentam e discutem assuntos de suas áreas, promovendo, assim, a divulgação e o debate de suas ideias.

Nos meios acadêmicos atuais, nem sempre distinguimos bem o significado específico de cada tipo de evento e, na linguagem comum, os termos são muitas vezes tomados uns pelos outros. No entanto, podemos identificar algumas características peculiares que deram origem à designação, as quais, embora possam ter se perdido, indicam a ideia geradora do evento.

No âmbito desses eventos, os trabalhos científicos dos participantes são apresentados e debatidos sob diversas condições: de forma, de tempo, de aprofundamento. Dentre esses eventos, são mais comuns, em nosso meio, os seguintes: congressos, conferências, palestras, simpósios, mesas-redondas, painéis, seminários, cursos, comunicações etc. De modo geral, em todas essas atividades, é aberto um espaço de tempo para que os participantes/assistentes possam também se manifestar entrando no debate.

a) Congresso

O congresso representa uma atividade extraordinária, que congrega pessoas interessadas em algumas áreas temáticas, dispostas a discuti-las durante certo espaço de tempo. Em geral, é promovido por entidades e associações de especialistas das várias áreas, interessados em acompanhar, disseminar e debater as teses que expressam a evolução do conhecimento dessas áreas.

Quase sempre é estabelecido um tema oficial, com apresentação de especialistas convidados e sessões de temas livres para os congressistas que se inscreverem para essa atividade.

Durante a sua realização, podem ocorrer, ainda, lançamentos de livros, com autógrafos dos autores, e haver estandes para a exposição de produtos literários. Também são organizadas reuniões das comissões da entidade promotora com fins de interesse do grupo profissional participante.

A maioria dos congressos possui *site* na internet, contendo um breve histórico da entidade e também informações sobre os eventos realizados nos últimos cinco anos, com ilustrações e filmes em multimídia. Um congresso não deve ultrapassar cinco dias e não pode abranger menos de três. Muitas das normas para envio de trabalhos ficam disponibilizadas para acesso irrestrito.

O interessado em participar seleciona o congresso e, em seguida, verifica as normas para envio do resumo científico, o qual deve obedecer aos padrões preestabelecidos para inscrição. Em seguida, é feito o *download* da ficha, com posterior preenchimento, impressão do boleto bancário e respectivo pagamento ou este pode ser feito com cartão de crédito. Após essa fase, de posse do comprovante de pagamento, o pretendente recebe senha, por *e-mail*, para envio do resumo, com o respectivo prazo para confirmação da aprovação.

Em outros casos, o resumo é enviado para apreciação pela comissão científica do evento e, só após aceitação, é efetuado o pagamento correspondente à inscrição. As demais despesas são responsabilidade do inscrito no evento.

Na fase seguinte, após aprovação do trabalho, é necessária a elaboração da comunicação oral ou do pôster/painel para apresentação no evento.

A comissão organizadora estabelece previamente o local, a data e os horários, bem como os regimentos e outras atividades científicas e culturais.

b) Conferência

Trata-se de uma preleção pública sobre assunto literário ou científico. Em geral, consiste em uma exposição oral, mas pode destinar-se à publicação. Nesse caso, convém preparar o texto com essa finalidade.

Significa uma exposição científica oral e pública, realizada por especialista, com o objetivo de tornar público os resultados de uma pesquisa concluída, contribuindo para divulgar a ciência e avançar o conhecimento científico sobre determinado assunto.

A sua amplitude é maior que o congresso, visto que esse evento não é organizado por uma entidade particular apenas, e, sim, por todas as entidades de determinada área. Possui as mesmas características da palestra, que é uma conferência menos solene. A Conferência trata-se da fala de um único expositor, geralmente figura de destaque na área e no contexto sociocultural. Nem sempre sua fala é seguida de debates, limitando-se à exposição de suas ideias.

Se a conferência for oral, deve ser mais simples, sem muita minúcia, para melhor compreensão e assimilação do público. Se for escrita, poderá, posteriormente, ser ampliada, com o acréscimo de mais detalhes.

Os primeiros passos, objetivando realizar uma conferência, são: pensar, planejar e, depois, escrever e rever. O orador precisa saber para quem vai falar. Pensar e planejar ajudam a iniciar o trabalho e encaminham o autor na direção correta, ou seja, na complementação da tarefa.

É necessário, primeiramente, definir os objetivos e, depois, selecionar os dados importantes que precisam ser desenvolvidos em uma sequência lógica. Cabe ao conferencista transmitir as ideias com clareza. Uma boa apresentação resulta de uma preparação com certa antecedência.

Na organização da conferência, podem constar dados bibliográficos, desde que atualizados, e, também, valer-se o conferencista de recursos visuais, para melhor explicação do tema. Não devem ser usados desenhos, somente diagramas.

Geralmente, é aos congressos, simpósios, às reuniões etc. que os especialistas levam sua contribuição, expondo aspectos concretos da pesquisa. Com frequência, apresentam as fases ou os resultados finais de seu trabalho.

Na exposição, o conferencista deve transmitir as ideias essenciais com clareza, mas deve ser breve. Alguns aspectos principais devem ser observados, conforme expostos a seguir.

Estrutura da conferência:

- **introdução (breve):** consiste no esboço de uma finalidade, nos objetivos e no problema a ser tratado;
- **desenvolvimento ou corpo do trabalho (texto):** refere-se à apresentação das principais ideias, expostas em frases curtas e claras. Repetição do que foi dito na introdução, valendo-se de outras palavras, para que os assistentes possam compreender as etapas da conferência;
- **conclusão:** aborda os principais tópicos do texto, procurando deixar o tema central na mente do ouvinte.

Apresentação:

- o conferencista deve permanecer em pé, em local apropriado da sala, em frente ao público assistente, sem fixar diretamente uma ou outra pessoa, tentando atrair a atenção e o respeito daqueles que o ouvem, desde o início;
- evitar cacoetes e tiques, variar o tom de voz e a velocidade. Falar com autoridade e clareza são outros requisitos importantes;
- outro ponto que devemos recomendar é o uso do vocabulário técnico, porém adequado, compreensível e cuidadosamente escolhido, visando ao nível e ao número de pessoas presentes;
- a conferência para grande público tem sempre caráter formal.

Devemos, portanto, adequar o vocabulário, o enfoque do tema e a velocidade da exposição aos interesses da plateia.

c) Palestra

A palestra é uma conferência feita em condições menos solenes, inserida no contexto de um evento maior ou mesmo pronunciada isoladamente. Também pronunciada por um único expositor, sua fala pode ser seguida de debates com os ouvintes.

d) Simpósio

É uma reunião destinada apenas a especialistas, que se reúnem para discutir tema previamente determinado. Em geral, trata de um único tema que vem sendo pesquisado por estudiosos, em instituições diferentes, que são convidados por uma entidade, para debatê-lo, numa perspectiva de troca de informações, de ideias e de conclusões. O debate é presidido por um coordenador.

e) Mesa-redonda

Essa reunião de especialistas apresenta um debate interno de temas de interesse controverso, com pontos de vistas diferentes sobre uma mesma questão, sempre a partir da exposição de um dos participantes. Em princípio, os demais participantes tomam conhecimento prévio do texto do expositor, apresentando então comentário crítico às suas posições. Em seguida, a palavra volta ao expositor, para defesa e argumentação do seu ponto de vista. É aberta à participação dos assistentes, por meio de perguntas orais ou escritas. Dado esse formato da mesa-redonda, é conveniente que seja limitado a apenas dois o número de debatedores.

f) Painel

É uma discussão pública entre estudiosos e especialistas de determinada área, sobre temática específica, sem a preocupação de solucioná-la. Um mesmo tema é abordado sob pontos de vista diferentes, todos expressos livremente, sem referência à declaração prévia de qualquer dos participantes, que podem ser três ou mais. O que caracteriza o painel é que ele abre espaço para um maior número de exposições, embora com tempo reduzido para cada uma. O público presente é apenas espectador, não participando do debate.

g) Seminário

O seminário constitui uma das técnicas mais eficientes de aprendizagem, quando convenientemente elaborado e apresentado; é indispensável o conhecimento de sua natureza e sua finalidade e exige a realização de uma pesquisa científica que leve à discussão do material coletado. Suas finalidades são:

- aprofundar o estudo a respeito de determinado assunto;
- desenvolver a capacidade de pesquisa, de análise sistemática dos fatos, através do raciocínio, da reflexão, preparando o aluno para a elaboração clara e objetiva dos trabalhos científicos.

As suas principais características encontram-se representadas na possibilidade de ensino pela pesquisa; na promoção do trabalho em grupo; no favorecimento da sistematização dos fatos observados; na reflexão sobre eles, especialmente por tratar-se de uma atividade didática específica de cursos universitários.

O seminário é, portanto, uma reunião mais restrita, como se fosse um grupo de estudos, em que discutimos um tema a partir da contribuição de todos os participantes.

No âmbito acadêmico, seminário é tomado muitas vezes como uma forma de atividade didático-científica, dada a sua relevância no processo de ensino-aprendizagem.

Em encontros de grande porte, são realizadas as sessões de comunicações, destinadas, sobretudo, a que pesquisadores apresentem, de forma abreviada e sintética, resultados de pesquisas que vêm realizando. Tanto podem tratar de uma temática predeterminada (falamos de Sessão de Comunicação Coordenada), ou sobre temas variados (falamos de Sessão de Comunicações Orais). A comunicação relata estudos, resultados de pesquisa, experiências, de iniciativa pessoal. Trata-se de uma exposição mais sucinta, uma vez que, em geral, pouco tempo lhe é reservado nos encontros.

h) Jornada

Possui menor porte que o congresso, porém desenvolve as mesmas atividades, cumpridas entre três e cinco dias. A sua abrangência está direcionada para grupos específicos de determinada região geográfica. As sessões de tema livre congregam comunicações orais e/ou painéis. A jornada é também tomada no sentido de Encontro.

i) Encontro

Tal qual a jornada, o encontro possui as mesmas características de objetivos, organização e localização. Possui menor duração que o congresso e é mais abrangente do que uma simples reunião; entretanto, no plano de conteúdo, pode abranger várias áreas do conhecimento científico, também na forma de sessões com diversas atividades paralelas.

j) Convenção

Geralmente é promovida por grupos ou entidades empresariais com o objetivo de reunir interessados em torno de um produto, uma política a ser adotada ou determinada área científica, a fim de discutir, debater, deliberar ideias que contribuam e/ou promovam os interesses da entidade ou da instituição organizadora.

k) Colóquio

É uma reunião localizada em uma instituição ou entidade, formada por estudiosos, especialistas e pesquisadores de determinado assunto, de forma a discutir e debater assuntos de interesse do grupo participante.

l) Fórum

Permite a um grupo participar e aproveitar ao máximo, em termos de tempo e qualidade, a exposição de um especialista. O palestrante expõe assunto sem interrupção e, em seguida, é permitida a formulação oral ou escrita de perguntas dos ouvintes, com a livre expressão de ideias e opiniões.

O fórum contribui com discussões resultantes de estudos e pesquisas, que favorecem a ampliação do conhecimento sobre determinado tema em área específica. Tem duração aproximada de duas horas.

m) Teleconferência

Semelhante ao simpósio interativo, essa atividade possui natureza científica e pode ser programada com o uso dos recursos disponíveis de multimídia (informática e telemática), congregando, em determinado local (sala/auditório), pessoas interessadas na temática específica, com o objetivo de captar imagens e sons sobre ela, resultantes de estudo e/ou pesquisa, o que gera debates, mesmo a distância, os quais contribuirão para o esclarecimento de questões ainda não selecionadas.

n) Grupo de estudos

Reúne profissionais para estudo e pesquisa relacionada à área de atuação, visando a acompanhar os avanços científicos e tecnológicos, assim como propor ações e mudanças, objetivando contribuir com o avanço da ciência. Ao seu término, é elaborado documento relatando as atividades realizadas, participações, inovações e mudanças propostas na área de estudo, para envio posterior às autoridades competentes. A sua duração pode variar de dias a meses, até mesmo o período de um ano, dependendo do tipo de estudo realizado.

o) Workshop

Essa atividade objetiva discutir e apresentar estudos e pesquisas sobre determinado assunto de interesse para a comunidade acadêmica e científica. Quase sempre, são convidados especialistas para proferir palestras, seguidas de discussão em grupo e/ou plenários.

Também possibilita exposições temáticas de objetos e painéis relacionados ao tema analisado. Frequentemente é resultante de cursos de graduação e pós-graduação, sendo organizado sob a supervisão de um coordenador e de uma comissão organizadora.

A *Mesa-Redonda* visa à apresentação de pontos de vista diferentes sobre uma mesma questão, mas a partir da exposição de um dos participantes. Em princípio, os demais participantes tomam conhecimento prévio do texto do expositor, apresentando então comentário crítico às suas posições. Após esses comentários, a palavra volta ao expositor, podendo ser aberta também aos assistentes. Dado esse formato da mesa-redonda, é conveniente que se limite a apenas dois o número de debatedores.

O *Painel* é a apresentação de trabalhos sobre um mesmo tema, abordado sob pontos de vista diferentes, todos expostos livremente, sem referência a colocação prévia de qualquer dos participantes, que podem ser três ou mais. O que caracteriza o painel é que ele abre espaço para um maior número de exposições, embora com tempo reduzido para cada uma.

Estão se tornando comuns as designações *Oficinas* e *Workshops*. Trata-se de reuniões mais restritas em termos de número de expositores e de participantes, destinadas a apresentação de trabalhos, de experiências, de pesquisas, propiciando oportunidade de divulgação e debate. Elas podem ocorrer tanto no âmbito de eventos mais amplos quanto como atividades autônomas. Têm um caráter de uma realização participada, ou seja, com a preocupação de levar os participantes a vivenciarem experiências, projetos, programas etc.

Igualmente vêm se tornando comuns nos diversos encontros as *Apresentações de Pôsteres*, que são apresentações de trabalhos via cartazes, com fotos, figuras, esquemas, quadros e textos concisos, referentes a alguma experiência, atividade ou proposta. Estes pôsteres ficam expostos ao público participante, o autor dos mesmos colocando-se à disposição para fornecer eventuais esclarecimentos que forem solicitados pelos observadores.

É bom lembrar que os trabalhos enviados para participação em eventos científicos, em geral, devem ser acompanhados de um resumo contendo em média de 200 a 300 palavras. As comissões organizadoras dos eventos informam previamente, através de suas circulares, as

condições de participação e o formato dos trabalhos e resumos. Algumas orientações para a elaboração do resumo já foram apresentadas neste texto.¹²

6.5.2. *Curriculum Vitae e Memorial*

Na vida acadêmica, dois tipos de documentos autobiográficos são frequentemente solicitados dos discentes e docentes: o *Curriculum Vitae* e o *Memorial*. O *Curriculum Vitae* tornou-se exigência universal para todos os profissionais, particularmente nos momentos de acesso e promoção nas carreiras nas empresas, nas entidades culturais, nas instituições universitárias e nos institutos de pesquisa.

O *Curriculum Vitae* é o registro, sob forma sinóptica e esquemática, da trajetória de formação e de atuação do profissional, de modo a expressar seu perfil científico e técnico.

No universo acadêmico, o formato privilegiado de *Curriculum Vitae* é aquele estabelecido pelo CNPq, o *Currículo Lattes*, ao qual se referirá posteriormente, neste capítulo (cf. p. 253-54). Esse currículo deve ser preenchido e registrado na Plataforma Lattes no Portal do CNPq, onde ficará armazenado, à disposição tanto do seu titular, para atualizações periódicas com acesso restrito mediante uso de senha que lhe será fornecida pelo CNPq, como do público em geral, apenas para fins de consulta aberta, sendo possibilitadas a leitura e impressão.

O Programa disponibilizado pelo CNPq na Plataforma Lattes para registro e atualização dos dados curriculares é bastante interativo, apresentando campos predefinidos, bastando ao titular apenas preenchê-los, conforme orientações constantes da própria plataforma. O interessado tanto pode baixar o programa para seu micro pessoal, atualizando o currículo e, ao final, enviando-o ao CNPq, como pode

¹² Cf. p. 208-209.

trabalhar on-line, tendo sempre o cuidado de salvar as inserções e, ao final, também reenviar o conjunto ao CNPq, conforme orientação tutorial que é dada. Recomenda-se que se atualize o currículo mensalmente.

No ambiente acadêmico, todos os docentes e discentes devem inscrever, o mais cedo possível, o seu Curriculum Vitae na Plataforma Lattes: além das múltiplas vantagens funcionais, trata-se de documento que lhes será frequentemente solicitado tanto ao longo da fase de formação como da fase de atuação profissional.

O Memorial tem importante utilidade na vida acadêmica, tanto em termos de uso institucional – para fins de concursos de ingresso e promoção na carreira universitária, de exames de seleção ou de qualificação em cursos de pós-graduação, de concursos de livre-docência – como em termos de retomada e avaliação da trajetória pessoal no âmbito acadêmico-profissional.

O Memorial é uma retomada articulada e intencionalizada dos dados do Curriculum Vitae do estudioso, no qual sua trajetória acadêmico-profissional fora montada e documentada, com base em informações objetiva e laconicamente elencadas. É claro que tal registro é também muito importante e suficiente para muitas finalidades de sua vida profissional. Mas o Memorial é muito mais relevante quando se trata de se ter uma percepção mais qualitativa do significado dessa vida, não só por terceiros, responsáveis por alguma avaliação e escolha, mas sobretudo pelo próprio autor. Com efeito, o Memorial tem uma finalidade intrínseca que é a de inserir o projeto de trabalho que o motivou no projeto pessoal mais amplo do estudioso. Objetiva assim explicitar a intencionalidade que perpassa e norteia esses projetos. Por exemplo, quando é o caso de se preparar um Memorial para um exame de qualificação, é o momento apropriado para se explicitar e se justificar o significado da pesquisa que está culminando na dissertação ou tese, e que tem a ver com um determinado resultado que está sendo construído em

função de uma proposta mais ampla que envolve todo o investimento que o estudioso vem fazendo, no contexto de seu projeto existencial de vida e de trabalho científico e educacional.

O Memorial constitui, pois, uma autobiografia, configurando-se como uma narrativa simultaneamente histórica e reflexiva. Deve então ser composto sob a forma de um relato histórico, analítico e crítico, que dê conta dos fatos e acontecimentos que constituíram a trajetória acadêmico-profissional de seu autor, de tal modo que o leitor possa ter uma informação completa e precisa do itinerário percorrido. Deve dar conta também de uma avaliação de cada etapa, expressando o que cada momento significou, as contribuições ou perdas que representou. O autor deve fazer um esforço para situar esses fatos e acontecimentos no contexto histórico-cultural mais amplo em que se inscrevem, já que eles não ocorreram dessa ou daquela maneira só em função de sua vontade ou de sua omissão, mas também em função das determinações entrecruzadas de muitas outras variáveis. A história particular de cada um de nós se entretetece numa história mais envolvente da nossa coletividade. É assim que é importante ressaltar as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas realizadas com outras pessoas ou com as situações culturais. É importante também frisar, por outro lado, os próprios posicionamentos, teóricos ou práticos, que foram sendo assumidos a cada momento. Deste ponto de vista, o Memorial deve expressar a evolução, qualquer que tenha sido ela, que caracteriza a história particular do autor.

O Memorial deve cobrir a fase de formação do autor, sintetizando aqueles momentos menos marcantes e desenvolvendo aqueles mais significativos; depois deve destacar os investimentos e experiências no âmbito da atividade profissional, avaliando sua repercussão no direcionamento da própria vida; o amadurecimento intelectual pode ser acompanhado relacionando-o com a produção científica, o que pode ser feito mediante a situação de cada trabalho produzido numa determinada

etapa desse esforço de apreensão ou de construção do conhecimento e mediante sua avaliação enquanto tentativa de compreensão e de explicação de uma determinada temática.

O Memorial se encerra, então, indicando os rumos que se pretende assumir ou que se está assumindo no momento atual, tendo como fundo a história pré-relatada. Quando elaborado para um exame de qualificação, trata-se de situar o projeto de dissertação ou tese enquanto meta atual e a curto prazo, articulando-o com os investimentos até então feitos e com aqueles que ele oportunizará para o futuro imediato.

Enquanto texto narrativo e interpretativo, recomenda-se que o Memorial inclua em sua estrutura redacional subdivisões com tópicos/títulos que destaquem os momentos mais significativos. No mínimo, aqueles mais gerais, como os momentos de formação, da atuação profissional, da produção científica etc. Melhor ficaria, no entanto, se esta divisão já traduzisse uma significação temática que realçasse a especificidade daquele momento.

Resta dizer ainda que o Memorial não deve se transformar nem numa peça de autoelogio nem numa peça de autoflagelo: deve buscar retratar, com a maior segurança possível, com fidelidade e tranquilidade, a trajetória real que foi seguida, que sempre é recida de altos e baixos, de conquistas e de perdas. Relatada com autenticidade e criticamente assumida, nossa história de vida é nossa melhor referência.

6.5.3. Associações Científicas, Grupos de Trabalho, Grupos de Estudos

Todas as áreas do sistema nacional de pós-graduação têm, junto à Capes, um representante de área, responsável pela coordenação do processo de avaliação dos Programas de cada uma. Esse representante se faz acompanhar de um Comitê de Área que o auxilia na condução do processo avaliativo. O representante mantém contato com as Coorde-

nações dos Programas e com as entidades científicas nas quais os Programas também se fazem representar de forma mais institucional.

De modo geral, cada Área tem sua Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação como, por exemplo, ANPED, ANPPEP, ANPAD, ANPOCS.

Além dessas entidades diretamente vinculadas à pós-graduação, são muitas outras entidades científicas vinculadas às áreas de conhecimento. Sua finalidade precípua é organizar os especialistas para o intercâmbio científico entre os especialistas da área e divulgar os resultados de suas pesquisas junto à comunidade da área e à sociedade como um todo.

Essas entidades, por sua vez, promovem grandes eventos, em âmbitos local, regional, estadual e nacional, com vistas à apresentação de trabalhos científicos produzidos pelas diversas comunidades e ao debate de ideias entre estudiosos e especialistas.

A participação do pós-graduando nesses eventos, para além de suas repercussões institucionais, é de extrema relevância, dada a importância desses encontros para o debate sobre as temáticas que estão sendo pesquisadas e estudadas nos vários Programas país afora.

O mais das vezes, a organização interna dessas entidades inclui a existência de Grupos de Estudos e de Grupos de Trabalho, que se especializam em subtemas no interior da área de conhecimento, cabendo aos sócios se alocarem nos grupos cuja temática é afim a seus interesses investigativos. Também os Programas de Pós-Graduação têm criado seus Grupos internos de Estudos e Pesquisas, grupos que se dedicam à investigação em temáticas específicas vinculadas às linhas de pesquisa do Programa. Esta tendência de se criar grupos de pesquisa decorre da ideia, cada vez mais consistente no seio da comunidade científica, de que a produção de conhecimento deve ser um trabalho coletivo, realizado em equipes. Portanto, a filiação dos pesquisadores da pós-graduação, docentes e discentes, a esses grupos é de fundamental importância. As Agências de fomento, de seu lado, têm

prestigiado essa iniciativa. Particularmente, o CNPq cadastra e apoia explicitamente os Grupos de Pesquisa credenciados por suas instituições de origem. Mantém, em seu Portal, um Diretório específico desses Grupos de Pesquisa. Na base de dados desses Diretórios constam informações que dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica e tecnológica e aos padrões de interação com o setor produtivo. Além disso, cada grupo é situado no espaço e no tempo.

Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. Os levantamentos não incluem os grupos localizados nas empresas do setor produtivo.

No âmbito dos Programas, os Grupos de Estudos e Pesquisas constituem-se como órgãos internos, integrando docentes e discentes, orientadores e orientandos, pesquisadores que desenvolvem atividades de pesquisa tomando como referência recortes temáticos específicos, no âmbito das temáticas mais amplas das Linhas de Pesquisa, dedicando-se a pesquisá-los, em projetos coletivos ou individuais, a debatê-los em eventos científicos, a divulgá-los através de suas publicações.

6.6. AS AGÊNCIAS DE FOMENTO E DE APOIO À PESQUISA

CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é a agência, vinculada ao MEC, que tem relação mais direta com o sistema nacional de pós-graduação, uma vez que lhe cabe acompanhar e avaliar o seu desempenho. Sua atuação envolve atividades que se agrupam em

quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- a) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*. Procede a um acompanhamento anual do desempenho dos Programas, sendo que trienalmente atribui um conceito a cada curso de Mestrado e Doutorado. Essa avaliação é feita por comitês presididos por um representante da área.
- b) acesso e divulgação da produção científica. A entidade coleta informação sobre toda a produção científica dos Programas, sistematizando-a e armazenando-a em Bancos de Dados.
- c) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior. Desenvolve uma política de fornecimento de bolsas de estudos, de mestrado e doutorado atribuídas aos Programas, sob a modalidade de bolsas de demanda social, bem como bolsas sob a modalidade de programas especiais, no exterior, de doutorado, de pós-doutorado e bolsas-sanduíche (doutorado em que o pós-graduando faz uma parte de sua pesquisa no exterior).
- d) promoção da cooperação científica internacional: apoia iniciativas de intercâmbio internacional dos Programas, financiando participações em eventos, convênios, visitas de professores estrangeiros.

A Capes mantém em seu site um Portal com periódicos científicos de todas as áreas, nacionais e internacionais. Mediante esse Portal, oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 10.555 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições ou por elas autorizado.

Quanto às teses e dissertações, o Portal oferece duas ferramentas de busca e consulta a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país:

1. Resumos – relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987. As informações são fornecidos diretamente à Capes pelos Programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados.

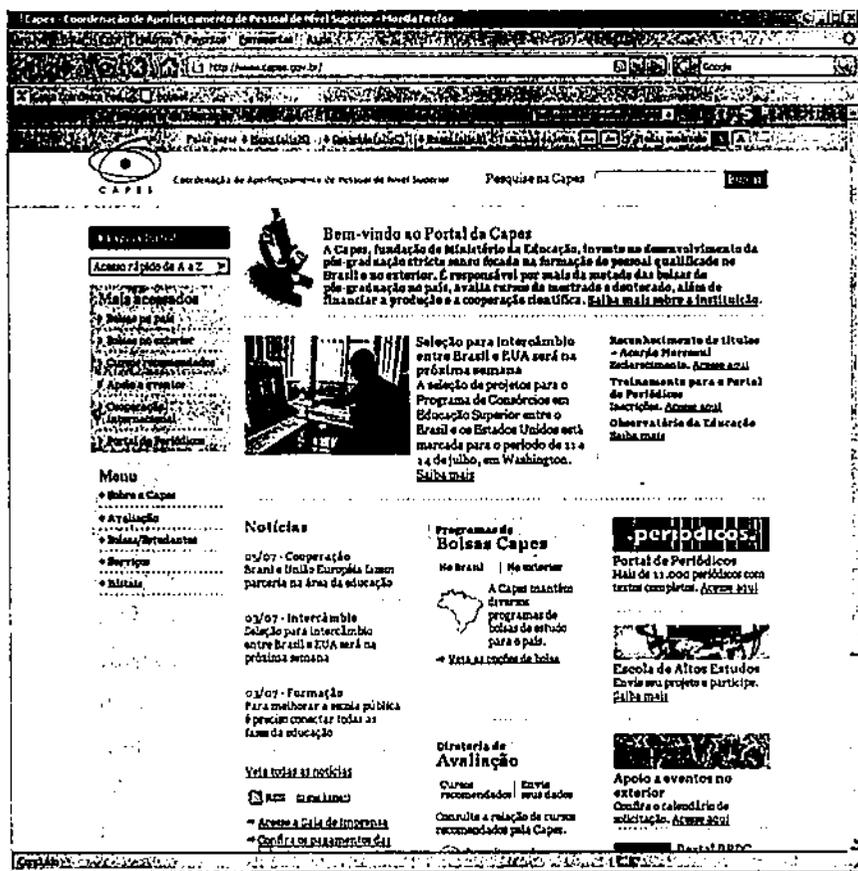


Figura 1. Portal da Capes.

2. Textos Completos – contêm a íntegra de teses e dissertações por enquanto apenas da área de História. Trata-se de projeto-piloto da Área de História. As ferramentas permitem a pesquisa por autor, título e palavras-chave. O uso das informações das referidas bases de dados e de seus registros está sujeito às leis de direito autorais vigentes.

CNPq

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Embora direcione seus investimentos de fomento diretamente aos pesquisadores, também concede bolsas de mestrado e doutorado aos Programas de pós-graduação, no país e no exterior. Apoia igualmente projetos de pesquisa, realização de eventos e publicações.

Para analisar, julgar, selecionar e acompanhar os pedidos de projetos de pesquisa e de formação de recursos humanos, o CNPq conta com o apoio de pesquisadores que constituem sua Assessoria Científico-Tecnológica. Esses pesquisadores, individualmente ou em grupos, têm atribuições específicas e atuam de acordo com suas especialidades.

Além dessa Assessoria direta, o CNPq conta com um significativo corpo de assessores, que são pesquisadores selecionados de acordo com sua área de atuação e conhecimento. Eles são escolhidos periodicamente pelo Conselho Deliberativo (CD), com base em consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional, e integram os Comitês de Assessoramento (CAs) e os Comitês Temáticos (CTs) e têm a atribuição, entre outras, de julgar as propostas de apoio à pesquisa e de formação de recursos humanos.

Um Comitê Multidisciplinar de Articulação, formado por 15 integrantes, escolhidos pelo CD entre os membros do Corpo de Assessores,

atua como um colegiado, auxiliando a Diretoria Executiva do CNPq nos assuntos relacionados aos sistemas de fomento e à formação de pesquisadores.

Como as demais agências de fomento, o CNPq recorre ainda a Consultores *ad hoc*, que são especialistas de alto nível, convidados para analisar o mérito científico e a viabilidade técnica dos projetos de pesquisa, bem como solicitações de bolsas enviadas ao CNPq.

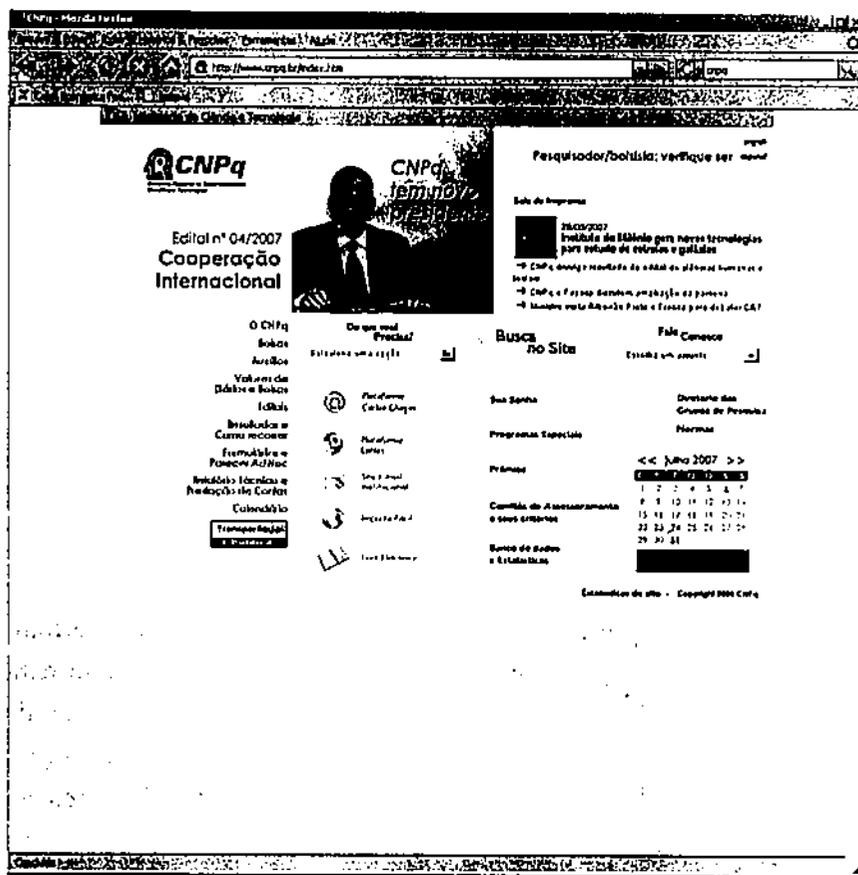


Figura 2. Portal do CNPq.

A PLATAFORMA LATTES

A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de currículos e de instituições da área de ciência e tecnologia em um único Sistema de Informações, cuja importância atual se estende não só às atividades operacionais de fomento do CNPq, como também às ações de fomento de outras agências federais e estaduais.

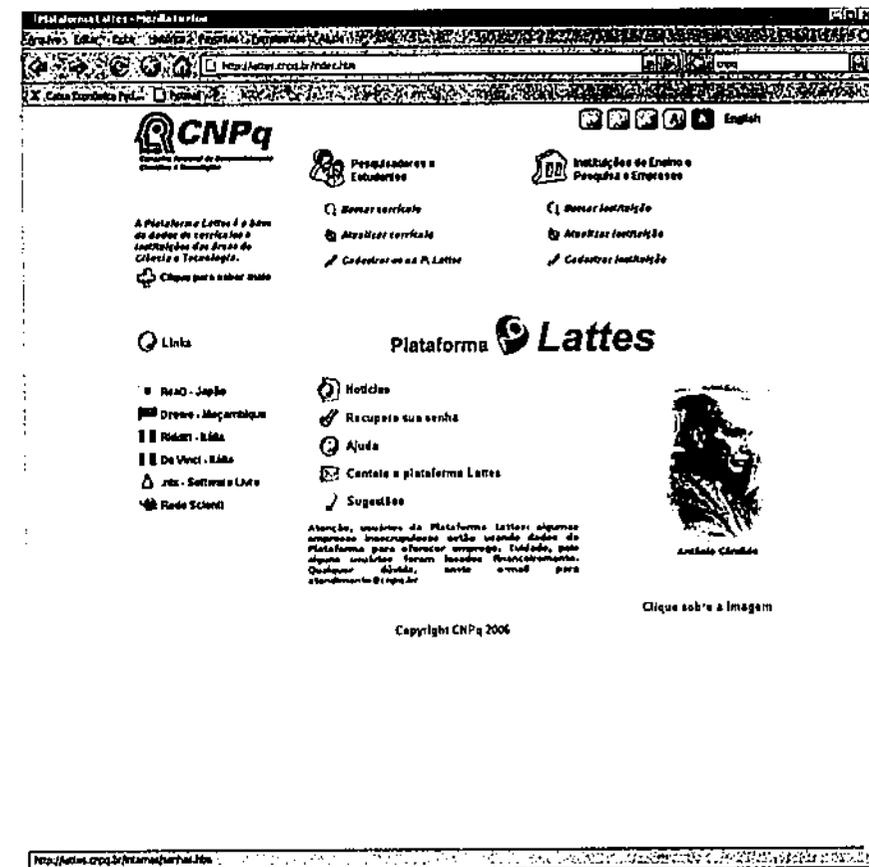


Figura 3. Plataforma Lattes.

Dado seu grau de abrangência, as informações constantes da Plataforma Lattes podem ser utilizadas tanto no apoio a atividades de gestão como no apoio à formulação de políticas para a área de ciência e tecnologia. O Currículo Lattes registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores, sendo que seu formato vem sendo adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do país, em decorrência de sua agilidade, transparência e confiabilidade.

INEP

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Para gerar seus dados e estudos educacionais, o Inep realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino:

- **Censo Escolar:** levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente.
- **Censo Superior:** coleta, anualmente, uma série de dados do ensino superior no País, incluindo cursos de graduação, presenciais e à distância.
- **Avaliação dos Cursos de Graduação:** é um procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação representando uma medida necessária para a emissão de diplomas.
- **Avaliação Institucional:** compreende a análise dos dados e informações prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Formulário Eletrônico e a verificação, *in loco*, da realidade institucio-

nal, dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:** criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes é o novo instrumento de avaliação superior do MEC/Inep. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

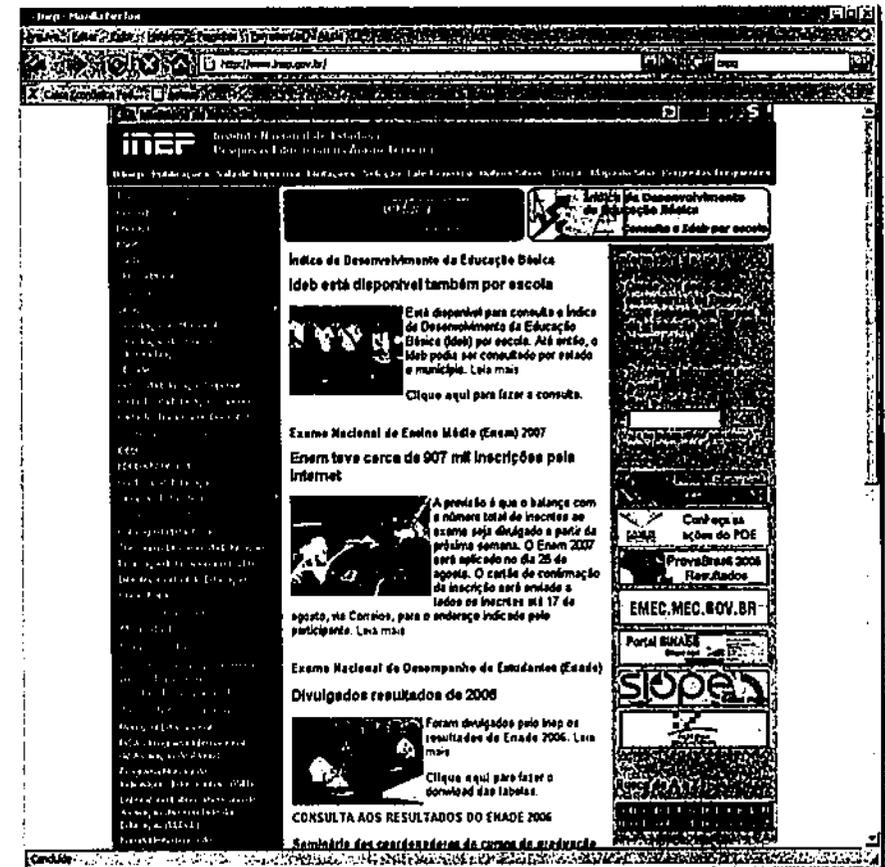


Figura 4. Portal do INEP.

- **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem):** exame de saída facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio, que vem sendo aplicado desde 1997.
- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb):** pesquisa por amostragem, do ensino fundamental e médio, realizada a cada dois anos.

Além dos levantamentos estatísticos e das avaliações, o Inep promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza também outras fontes de consulta sobre educação.

FAPS: FUNDAÇÕES DE APOIO À PESQUISA

São entidades estaduais que se destinam a apoiar as atividades de pesquisas nos estados, desenvolvidas por pesquisadores ligados às Universidades e às Empresas especializadas. Essas fundações buscam implementar o apoio à pesquisa científica e tecnológica, estimulando a formação e a vinculação de pesquisadores, bem como a indução de pesquisas pertinentes às prioridades de cada região.

Além de auxílios diretos à pesquisa, concedem bolsas de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado, de Iniciação Científica; concedem recursos para aquisição e reparo de equipamentos, financiam a participação de pesquisadores visitantes, a organização de eventos científicos, a participação de bolsistas em eventos nacionais e internacionais, bem como concedem auxílios para publicação de revistas, livros e artigos que exponham resultados de pesquisas.

Dentre as FAPs, destacam-se a Fapesp (São Paulo: www.fapesp.br); Faperj (Rio de Janeiro); Fapemig (Minas Gerais: www.fapemig.br); Fap/DF (Distrito Federal: www.fap.df.gov.br); Fapemat (Mato Grosso: www.fapemat.mt.gov.br); Fundect (Mato Grosso do Sul: www.fundect.ms.gov.br); Fapeam (Amazonas: www.fapeam.am.gov.br); Fapeal (Alagoas: www.fapeal.br); Fapesb (Bahia: www.fapesb.ba.gov.br); Funcap – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico

co e Tecnológico (Ceará: www.funcap.ce.gov.br); Fapema (Maranhão: www.fapema.br); Paraíba: www.fapesq.rpp.br); Facepe – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Pernambuco: www.facepe.br); Fapepi (Piauí: www.fapepi.br); Fapern (Rio Grande do Norte: www.fapern.rn.gov.br); Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação do Estado de Sergipe – Fapitec – SE (Sergipe – www.fap.se.gov.br); Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do

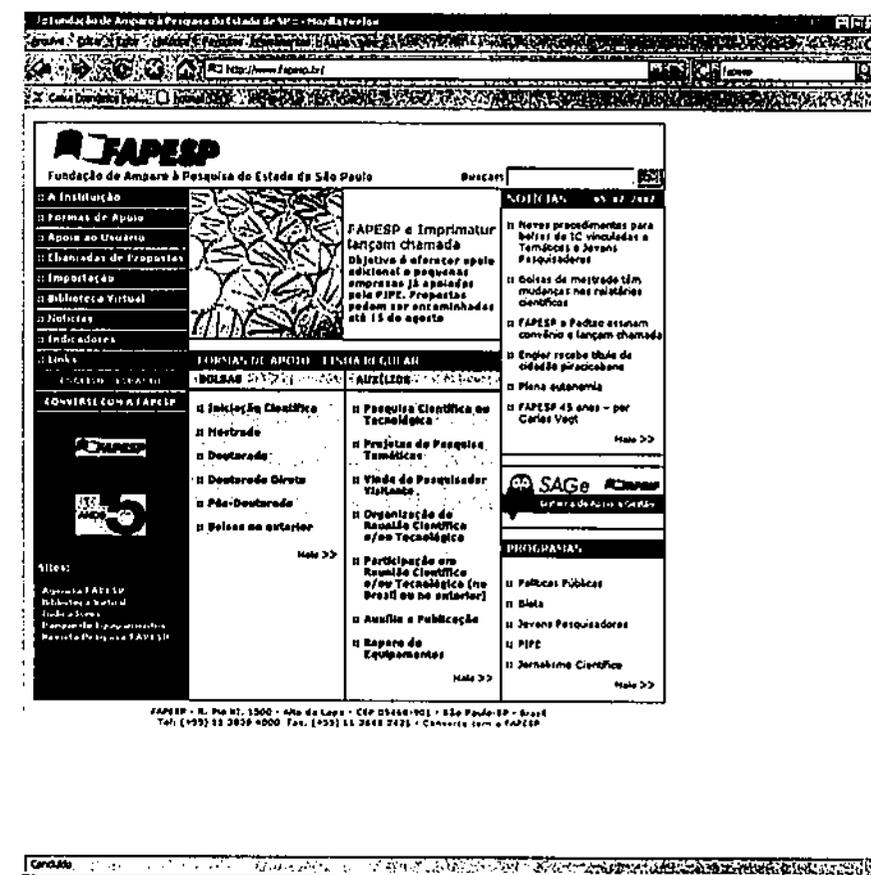


Figura 5. Portal da FAPESP.

Estado de Santa Catarina (Fapesc) (www.funcitec.rct-sc.br); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS (www.fapergs.rche.br); Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo (Fapes); Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA (www.fundacaoaraucaria.org.br).

FUNDAÇÃO FORD

A Fundação Ford é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo. Fomentando a cooperação internacional, esta Fundação financia programas de ação social e projetos de pesquisa, nas diversas áreas de conhecimento, em todo o mundo. Fundada em 1936 nos Estados Unidos, a Fundação funcionou como organização filantrópica local no estado de Michigan até expandir-se, em 1950, para se tornar uma fundação de alcance nacional e internacional. Esses recursos advêm de investimentos, originalmente ações da Companhia Automobilística Ford doadas e legadas pela família de Henry Ford. A Fundação não mais possui ações da Companhia Ford e sua diversificada carteira de investimentos é hoje administrada para ser uma fonte permanente de recursos para custear seus programas e operações. Portal: www.fordfound.org

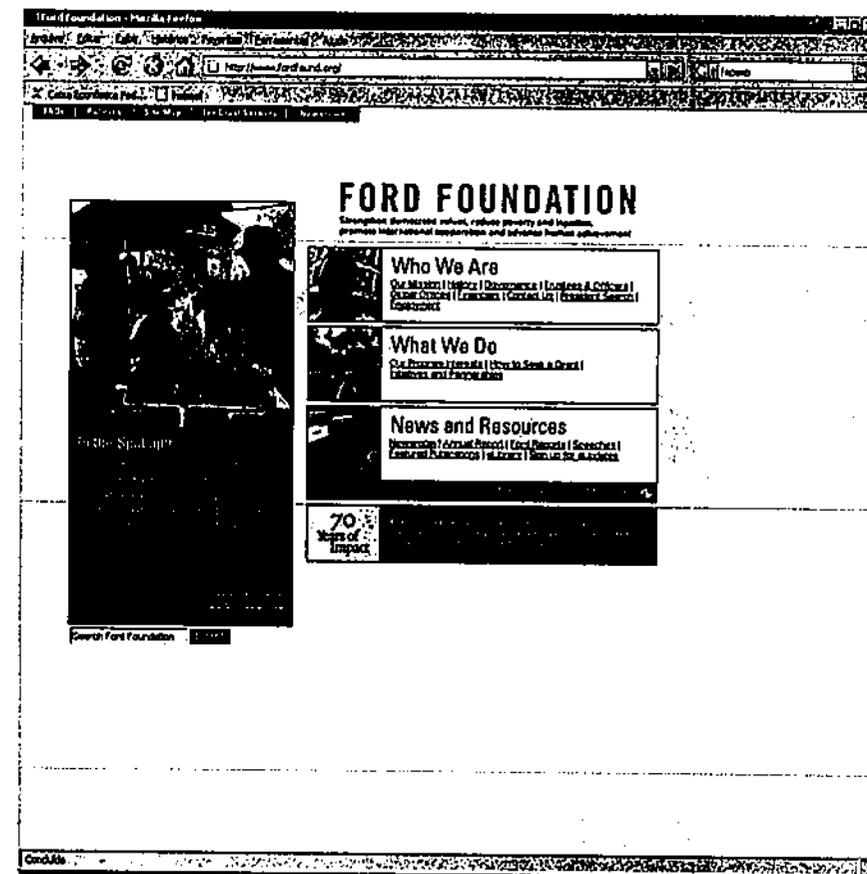


Figura 6. Portal da Fundação Ford.